

**DIÁLOGOS COM MULHERES DO CAETITU: A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO  
DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NA CAATINGA DO SUDOESTE BAIANO**

**DIALOGUES WITH WOMEN FROM CAETITU: EDUCATION IN THE CONTEXT  
OF SOCIAL GENDER RELATIONS IN CAATINGA IN SOUTHWEST OF BAHIA**

**DIÁLOGOS CON MUJERES DEL CAETITU: LA EDUCACIÓN EN EL CONTEXTO  
DE LAS RELACIONES SOCIALES DE GÉNERO EN CAATINGA EN EL  
SUROESTE DE BAHIA**

1

Dilmara Ribas Lima<sup>1</sup>

José Miranda Oliveira Júnior<sup>2</sup>

Núbia Regina Moreira<sup>3</sup>

**DOI:** <https://doi.org/10.22481/sertanias.v3i2.12022>

**Resumo:** O presente trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida com mulheres moradoras da zona rural do sudoeste baiano, região da Caatinga. A proposta foi tecer um diálogo com as agentes, de modo que estas falassem da condição da mulher caatingueira, considerando as desigualdades de gênero que marcam este espaço. Com o foco nas relações intersubjetivas, fundamentamos nosso estudo na fenomenologia de Alfred Schutz e na leitura de Pierre Bourdieu sobre a dominação masculina. No diálogo estabelecido com as participantes, foi possível identificar como a efetivação de políticas públicas no campo impacta diretamente a vida das mulheres rurais e a educação aparece como fator central para compreender as dinâmicas do gênero neste espaço. O não acesso educação formal é ferramenta que mantém, ainda hoje, mulheres distantes da vida pública, aprisionadas em seus lares e afazeres

<sup>1</sup> Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Docente da Secretaria Estadual de Ensino do estado de Minas Gerais. E-mail: mararibaslima@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2302-1037>

<sup>2</sup> Graduado em Filosofia e Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Especialista em Gestão de Políticas públicas de Gênero e Raça (NEIM/UFBA), Mestre em Educação (UESB), Professor substituto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Campus Vitória da Conquista (BA) e coordenador do Projeto de extensão Clube de Leitura Preta (UESB). E-mail: jose.junior@uesb.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5133-4404>

<sup>3</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília, Mestra em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Práticas Educativas - GEPPE (UESB). Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), docente da Pós-graduação em Educação (PPGED/UESB) e Coordenadora do Oju Obinrin Observatório de Mulheres Negras. E-mail: nubia.moreira@uesb.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6171-6756>



domésticos. Assim, esta produção além de tratar das problemáticas que atingem as mulheres caatingueiras, adota uma perspectiva metodológica que coloca sujeitos historicamente silenciados em evidência.

**Palavras-chave:** Mulheres. Gênero. Educação. Relações Sociais. Caatinga.

**Abstract:** The current work is result of a research developed with women living in the rural area of southwest Bahia, in caatinga region. The proposal has been to engage in a dialogue with the agents, so that they could talk about the condition of caatingueira woman, considering the gender inequalities, which mark that space. With a focus on intersubjective relationships, we base our study on the phenomenology of Alfred Schutz and on Pierre Bourdieu's reading on male domination. In the dialogue established with participants, it was possible to identify how the implementation of public policies in the field directly impacts the lives of rural women and education appears as a central factor to understand the dynamics of gender in that space. The lack of access to formal education is a tool that keeps, even today, women away from public life, imprisoned in their homes and domestic chores. Thus, this production, in addition to addressing the problems that affect women in caatinga region, adopts a methodological perspective that places historically silenced subjects in evidence.

**Keywords:** Women. Gender. Education. Social Relations. Caatinga.

**Resumen:** El presente trabajo es el resultado de una investigación desarrollada con mujeres residentes en el área rural del suroeste de Bahía, en la región de caatinga. La propuesta era entablar un diálogo con los agentes, para que pudieran hablar sobre la condición de la mujer caatingueira, considerando las desigualdades de género que marcan ese espacio. Con un enfoque en las relaciones intersubjetivas, basamos nuestro estudio en la fenomenología de Alfred Schutz y en la lectura de Pierre Bourdieu sobre la dominación masculina. En el diálogo establecido con las participantes, se pudo identificar cómo la implementación de políticas públicas en el campo impacta directamente en la vida de las mujeres rurales y la educación aparece como un factor central para comprender la dinámica de género en ese espacio. La falta de acceso a la educación formal es una herramienta que mantiene, aún hoy, a las mujeres alejadas de la vida pública, encarceladas en sus hogares y quehaceres domésticos. Así, esta producción, además de abordar la problemática que afecta a las mujeres de la región de caatinga, adopta una perspectiva metodológica que pone en evidencia a sujetos históricamente silenciados.

**Palabras clave:** Mujer. Género. Educación. Relaciones Sociales. Caatinga.

## 1 Introdução

Durante pesquisa realizada com intuito de compreender a atuação das mulheres em uma comunidade rural localizada no município de Tremedal, situado na região sudoeste da Bahia,



área semiárida, a Comunidade do Caetitu, atestou-se que as relações sociais fundadas nas diferenças de gênero são reflexo de um cenário permeado por desigualdades de outras ordens e que a posição social da mulher que habita a Caatinga tem relação direta com o modo como estas acessam políticas públicas.

Neste trabalho, destacamos como o processo tardio de democratização do acesso à educação no Brasil impacta a vida dessas mulheres, assegurando um lugar de silêncio e restrição à vida pública. Ao analisar o campo e tomar conhecimento da história das mulheres residentes na comunidade do Caetitu, nota-se que as conquistas feministas e sociais avançam em passos lentos pelo território nacional, ou seja, a ordem social posta apresenta unidades diferenciadas de organização, com estruturas sociais que nem sempre são iguais as definições do que representa o Brasil.

Problemas como a infância roubada, o não acesso à educação são recorrentes na vida das mulheres do cenário rural caatingueiro e constituem não apenas modos de exclusão social dessas mulheres, mas servem também para dissimular os preconceitos por elas sofridos, naturalizando as relações sociais, transformando a condição inferior da mulheres em comum em determinados espaços.

## 2 Conhecendo as mulheres e a comunidade

As questões pontuadas ao longo deste trabalho, são desveladas por meio do estudo do campo e a partir da fala de quatro mulheres, para preservar a identidade das entrevistadas, foram lhes atribuído um nome fictício. A identificação das mesmas consta no quadro abaixo:

NOME FICTÍCIO	IDADE	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	NÚMERO DE FILHOS (AS)
Elisa	46	Apenas alfabetizada	Casada	4
Vânia	53	Apenas alfabetizada	Casada	8

Alice	40	Terceiro ano do fundamental	Casada	5
Rita	43	Apenas alfabetizada	Casada	2

**Tabela 2:** Descrição das entrevistadas

**Fonte:** Elaborado pelos autores

Elisa, 46 anos, mãe de quatro filhos, duas meninas e dois meninos, hoje já criados, fala da vida cansativa com um sorriso no rosto que disfarça as marcas da infância roubada pelo trabalho na roça e pelas longas distâncias percorridas em busca de água para o lar e para as lavadas de roupas. Nessa etapa de sua vida ela não pode estudar, além da necessidade de trabalhar, não existia escola próxima de sua residência. Casou-se! Enfrentou seu pai, contrário ao casamento, e realizou seu sonho. Teve seus filhos e hoje fala com muita alegria da maternidade, tida por ela como sua maior vitória. O sinal negativo relatado por ela acerca de sua trajetória são as constantes dores nas costas, decorrentes do excesso de peso que seus ombros tiveram que carregar desde pequena.

Vânia, 53 anos, mãe de oito filhos, duas meninas e seis homens, não tem o mesmo sorriso que sua vizinha Elisa. Os momentos que para Elisa foram de grande felicidade foram na vida de Vânia momentos de muita frustração. Desde cedo trabalhando na roça, “no duro”, ela também não estudou. Vânia vive hoje seu segundo casamento contra sua vontade e a única coisa boa que tem de seus relacionamentos são os filhos, para quem ela sempre viveu e hoje os tem ao seu lado, lhe retribuindo os cuidados. Calada, o seu silêncio parece dizer que em sua vida ela nem sempre pode falar.

Alice, 40 anos, mãe de cinco filhos, três meninas e dois meninos, tem seu casamento como algo bom. Hoje em sua casa, ela traz a alegria de quem, durante treze anos, morou de favor junto aos familiares de seu marido, momento de sua vida não tão fácil. De sua casa ela fala com orgulho: a mesma foi construída com o dinheiro das duras empreitadas regadas pelo sol ardente da Caatinga para o levantamento de cercas, função tipicamente desempenhada pelos homens, mas atividade que ela sempre desenvolveu junto a seu esposo. De seu marido ela fala com muito carinho, é alguém com quem ela sempre esteve ao lado.

Rita, 43 anos, teve apenas dois filhos homens. Mas assim como as demais entrevistadas, casou-se muito jovem e também não pode frequentar a escola. O caminho da roça foi aquele em que seu rastro se fez cotidianamente. Feliz pela vida que tem, o casamento é para ela sua maior alegria. Depois de casada e após a construção da escola da comunidade, ela não foi apenas da roça e do lar, trabalhou como merendeira da escola e assim assumiu as despesas de casa. Com seu esposo, ela partilhou aquilo que nenhuma das agentes envolvidas na pesquisa pode partilhar com os seus: a responsabilidade do cuidado dos filhos.

Todas elas, moradoras da comunidade do Caetitu, localizada a 23,5 km de distância da sede do município. Atualmente, a comunidade contém trinta e duas residências (casas), além de uma capela, uma escola municipal que atende o público da Educação Infantil e a primeira etapa do Ensino Fundamental, mais três bares, formando uma pequena vila. Ao seu entorno dessa, estão espalhadas mais dezoito residências.

Serviços públicos básicos apresentam uma recente chegada na comunidade. A luz elétrica, por exemplo, foi instalada no ano de 2008. Ainda hoje, boa parte da comunidade não dispõe de água encanada, que é encontrada em poucas residências e oriunda de esforços particulares das famílias, quando os próprios moradores compraram equipamentos e realizaram o encanamento da fonte mais próxima. No geral, o abastecimento é feito por meio de caminhões pipa, que transportam água das represas municipais para as cisternas do Programa Água Para Todos<sup>4</sup>, encontradas em grande parte das moradias, excetuando, apenas aquelas que foram construídas muito recentemente.

A construção da escola foi no ano 2000, antes disso a escola funcionava em uma residência da comunidade, e a mesma atende parcialmente as demandas locais, apenas a Educação Infantil e a primeira etapa do Ensino Fundamental é oferecida na própria comunidade. Os alunos e alunas que cursam a segunda etapa do Ensino Fundamental ou o Ensino Médio são

---

<sup>4</sup> O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água, popularizado Programa Água Para Todos, foi instituído a partir do decreto de nº 7.535 de 26 de julho de 2011, que visa promover a universalização do acesso à água em territórios rurais, tanto para consumo humano quanto para a produção agrícola e alimentar, com prioridade de atendimento as famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, inscritas no Cadastro Social Único (CadÚnico) do governo federal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cuja meta fixada é instalação de 750 mil cisternas entre os anos 2011 e 2014. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/entenda-o-programa>. Acesso em: 21/08/2018

transportados para o distrito de São Felipe, localizado a 12 km da comunidade, e para sede do município em ônibus escolares municipais. O mesmo acontece em relação aos serviços de saúde, entretanto, não há um transporte público para isso, a população se desloca de forma independente em busca de atendimento médico, ora utilizam o transporte no ônibus coletivo até a cidade, ora vão de carona no transporte escolar e em casos de emergência pagam um carro particular, que tem valor variado de 50 a 70 reais.

A comunidade do Caetitu consiste em um ambiente rural em que as vivências se estabelecem diante o enfrentamento de condições adversas. Pertencente ao município baiano de Tremedal, que de com base nos dados do censo de 2010, a população era de 17.029, desse total, 13.090 (76,87%) residiam no campo, com densidade demográfica de 10,14 habitantes por quilômetro quadrado. O município tem IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) igual a 0,528 e ocupa 5408ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros. As informações referentes a renda, emprego e trabalho são preocupantes, em 2016 mais da metade da população (53,9%) possuíam rendimento mensal de até meio salário mínimo por pessoa e apenas 4,9% tinham emprego formal. Uma melhora em relação aos dados do Censo de 2010, neste verificou-se que a renda per capita do tremedalense era de 237,30 \$, sendo 24,25% da população extremamente pobre e 42,25% pobres. Nestas condições, apresenta-se a Comunidade Rural do Caetitu.

Essas mulheres, em conformidade com os dados apresentados sobre o Município e o quadro social da comunidade na qual residem, são agentes que enfrentam desde a mais tenra idade o drama social local da escassez de recursos e serviços básicos, agravados pelas particularidades climáticas da Caatinga. Os mais de quarenta anos de vida delas trazem como marca um trajeto semelhante: trabalhar desde cedo, casar-se, ter e cuidar dos filhos. A vida dessas mulheres não difere-se da vida das mulheres nascidas nas décadas anteriores ao nascimento delas. O trajeto social ainda se parece com aquele vivenciados pelas mulheres nas décadas de 1950 e 1960 quando surgem as indagações que moveram os estudos da segunda onda Feminismo, que apontavam para uma biologização do social. Os pontos recorrentes na vida das mulheres que são postos em questionamento em virtude do seu caráter prisional, matrimônio e maternidade são experimentados por todas elas.



Esta constatação inicial envolve duas questões importantes: as desigualdades de gênero no meio rural se apresentam como desdobramento das desigualdades sociais no Brasil e o aprofundamento da mesma em decorrência da ausência de serviços públicos nesse espaço. Nogueira (2009, p. 175) afirma que:

As desigualdades de gênero na zona rural brasileira se inscreve num conjunto de outras desigualdades sociais. Todavia, as péssimas condições de vida e de acesso às políticas públicas, especialmente nas regiões mais pobres do país aprofundam ainda mais as inequidades de gênero.

A realidade pesquisada é um espelho disso. A comunidade do Caetitu é um lugar marcado por desigualdades sociais e pela ausência de serviços públicos, assim as questões envolvendo as disparidades de gênero tornam-se evidentes ao lançar um olhar sociológico que parte dos pressupostos feministas e dos estudos de gênero. Porém, o modo como as mulheres refletem e narram suas ações neste meio é direcionado por uma ótica distinta, constituída partir do que Schutz denomina de ‘atitude natural’, pois “para ela (a atitude natural) o mundo é desde o início, não um mundo privado do indivíduo, mas um mundo intersubjetivo, comum a todos nós, no qual não temos um interesse teórico, mas um interesse eminentemente prático” (SCHUTZ, 1979, p. 73).

Para entender o papel desempenhado pelas mulheres na estrutura da comunidade do Caetitu, segue a premissa bourdieuziana de que o mundo social constrói o corpo sexuado, de acordo com visões e divisões, sendo a dominação masculina algo imposto. Nesse sentido cabe, a partir dos dispositivos schutzianos, investigar qual o mundo social que tem construído as disposições e motivações das agentes.

A percepção do fenômeno, conforme o pensamento de Schutz, ocorre através da interpretação da consciência organizada de acordo a experiência. Ao tomar os relatos das mulheres, entende-se consciência de maneira noética, ou seja, como “atos de cogitação do próprio vivenciar e de suas modificações, como por exemplo, a percepção, a retenção, a lembrança, etc., e seus diferentes níveis de clareza e explicitação” (SCHUTZ, 1979, p. 59). A consciência é tida como uma reflexão que acaba por revelar atos de experiência. A experiência acontece no tempo e no espaço, ela pertence ao mundo da vida cotidiana.



A compreensão do mundo da vida cotidiana foca nos aspectos intersubjetivos da realidade social, direciona-se com base na ideia de que “toda interpretação desse mundo baseia num estoque de experiências anteriores dele, as nossas próprias experiências e aquelas que nos são transmitidas” (SCHUTZ, 1979, p. 72). De acordo com Schutz (1979) essas experiências transmitidas formam um ‘conhecimento a mão’, que constitui o conhecimento que cada um tem do mundo e a partir dele se explicita, define e delimita as relações e os modos de agir, o mundo da vida cotidiana é por assim dizer o lugar nas ações e interações dos indivíduos.

Por esse ângulo, o modo como as mulheres da comunidade se percebem e narram suas ações tem vínculo direto com a situação social do espaço e do tempo onde elas se encontram. As condições sociais, reflexo das desigualdades sociais do Brasil e das adversidades comuns ao espaço caatingueiro, formam a ‘situação biográfica determinada’ das agentes. Em conformidade com Schutz (1979, p. 73), ‘situação biográfica determinada’ é:

O ambiente físico e sociocultural, dentro do qual ele tem a sua posição, não apenas posição em termos de espaço físico e tempo exterior, ou de status e papel dentro do sistema social, mas também sua posição moral e ideológica. Dizer que essa situação é determinada em termos biográficos, significa dizer que ela tem a sua história.

Falar das e com as mulheres da comunidade do Caetitu é sociologizar sobre um grupo historicamente silenciado, as mulheres, e mostrar que as mulheres da Caatinga, especialmente, têm história. Além dos elementos já pontuados acerca do campo, é importante lembrar que este é um contexto social com fortes resquícios do patriarcalismo e mandonismo.

### 3 Reverberações de um cenário mais amplo

A leitura apresentada aqui segue as constatações de que o contexto social caatingueiro, traz as marcas de relações desiguais, não apenas em termos de distância econômica e desenvolvimentista, mas também relações de desigualdades entre os sexos. Dizer que o cenário 45 rural da Caatinga do sudoeste baiano é marcado pelo patriarcalismo implica compreender como este sistema funciona, conforme Castells:

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta

institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. [...] É essencial, porém, tanto do ponto de vista analítico quanto político, não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução sociobiológica da espécie, contextualizados histórico e culturalmente. (CASTELLS, 1942, p. 170).

Verifica-se que os traços patriarcais reverberam na vida das agentes da comunidade. Esses laços estruturais são decorrentes da formação social do lugar, que sendo parte desse território brasileiro, se funda em bases patriarcais não superadas pela processo de modernização e democratização do país, mas que se reconfiguram e, sob égide do pensamento liberal, mascaram práticas excludentes e opressoras dentro da sociedade brasileira.

O exame dos papéis femininos no Brasil, aponta Saffioti (1976), segue interpretação a partir do padrão social competitivo e embora a autora siga uma perspectiva classista para analisar as condições das mulheres na sociedade capitalista, traz importantes contribuições aos estudos de Gênero, uma vez que destaca as singularidades que permeiam a sociedade brasileira. Ela parte do entendimento que não se desvincula o problema de gênero das questões relativas a classe e enfatiza, que para examinar tal situação é necessário:

Ultrapassar cada uma e todas as realizações históricas singulares da ordem social competitiva para atingir o cerne deste tipo estrutural, diferencialmente atualizado nas diversas unidades nacionais, [...] representadas pelas estruturas sociais parciais, que, num ou noutro subtipo e a seu modo, possibilitam a manutenção e, simultaneamente, dissimulam os preconceitos contra a mulher e, conseqüentemente, sua marginalização da vida econômica (SAFFIOTI, 1976, p. 16-17).

Com o surgimento das sociedades modernas industriais e o de alargamento das liberdades e ampliação da participação na vida pública, via democracia liberal, o patriarcalismo tenderia a se reduzir ou ainda, conforme a proposta liberal, desaparecer. Entretanto, ele se reconfigura e toma outras proporções, mas não deixa de existir. Conforme Saffioti (1976, p.106) “a nova ordem social, instituída sob a bandeira da liberdade, igualdade e fraternidade, negou, entretanto, parcialmente, seus princípios [...] no que tange aos sexos, a sociedade competitiva não fez senão dilatar as diferenças entre homens e mulheres”.

A industrialização retirou muitas mulheres de seus lares, inserindo-as nas fábricas, contudo isso não as libertava do peso das tarefas domésticas; o que demonstra que “os processos de desenvolvimento socioeconômico trazem dificuldades à vida cotidiana das mulheres” (AGUIAR, 1997, p. 166), sobre isso, Saffioti argumenta que:

Esta tentativa de igualar a mulher ao homem na situação de trabalho não representava, entretanto, a crença de que os preconceitos contra o trabalho feminino pudessem ser eliminados na sociedade capitalista e de que a mulher pudesse obter sua independência em relação ao homem. Significava uma exploração dos recursos democráticos no sentido de atenuar a exploração do trabalho feminino numa etapa histórica necessária à emancipação econômica da mulher numa sociedade futura em que fosse consideravelmente reduzida a jornada de trabalho e suprimidos os lucros patronais (SAFFIOTI, 1976, p. 43).

Estar em atividade fora do ambiente doméstico não significava a superação das estruturas patriarcais. O lar para onde as mulheres retornam após a jornada diária de trabalho assalariado ainda se mantém sob autoridade de um homem. Além disso, as ideias lançadas pelo liberalismo escondem e desconsideram as atividades laborais desenvolvidas no âmbito doméstico, em virtude da excludente dicotomização das instâncias públicas e privadas. Mais uma vez, numa crítica ao modelo capitalista, Saffioti aponta que a lógica liberal ampliou as diferenças de gênero justamente por tratar de modo distinto as esferas doméstica e pública.

Aos homens do povo foram conferidos, pelo menos formalmente, os direitos políticos que lhes permitiam participação na vida pública. A mulher, entretanto, assiste a pequena ampliação de seus horizontes sociais: já se distancia do lar para desempenhar uma atividade ocupacional, mas continua impedida de participar da vida pública. (SAFFIOTI, 1976, p. 106).

Permanecia como patamar social a mulher como o ser naturalmente reservado aos cuidados e as tarefas do lar, e com esse argumento o patriarcalismo persistiu enquanto ordenamento social. As mulheres deveriam procriar e conseqüentemente cuidar de suas crias. O cuidar envolvia não apenas a figura da criança, mas proporcionar a ela uma série condições adequadas de convívio no lar, que engloba a manutenção da higiene, a alimentação os bons modos e dar condições ao assalariamento do companheiro – que era visto como o responsável econômico da casa, isentando-o dos afazeres domésticos. Por essas motivações, por longos 48 períodos as mulheres estiveram ausentes da vida pública e não eram consideradas como agente econômico.

No caso brasileiro, onde a industrialização ocorre tardiamente, as estruturas patriarcais podem ser notadas mais facilmente e estão incluídas dentro dos debates em torno da formação da identidade nacional, que centram-se na família e no caráter hereditário das relações políticas no Brasil. Porém, estas não problematizam a situação da mulher. Sobre este assunto Saffioti (1976, p.160) chama atenção para o fato de que “as relações entre os sexos e, conseqüentemente, a posição da mulher na família e na sociedade em geral constituem parte de um sistema de dominação mais amplo”.

Acerca desse fenômeno, a autora conversa com as teorias que informam a existência de um patriarcado dentro do liberalismo, informando que ele apresenta agora novas características e que embora seja possível observar novas configurações de família ao longo do país apontando o processo de urbanização como fundamental para desmanche dessa estrutura, ainda é possível verificar vestígios do patriarcado e observa o seguinte detalhe: a desorganização da família patriarcal, entretanto, não se processou uniformemente em todo o País.

Entretanto, se a urbanização corrobora para a redução do domínio patriarca na estrutura das famílias brasileiras, as áreas não urbanizadas apresentam sinais mais evidentes da resistência da autoridade patriarcal. Aqui temos então a chave para o entendimento da situação biográfica das mulheres da comunidade do Caetitu. O relato de vida distante das conquistas do Feminismo e a recorrência de elementos envoltos da mística feminina, naturalizados e compreendidos como destinos de todas as mulheres podem ser expostos mais claramente considerando a constatação da Saffioti (1976, p.178) de que “no meio rural, nem sempre à dinamização da economia [em virtude dos processos de industrialização e urbanização] correspondeu uma modernização da família”.

Esta constatação apresenta seus problemas, uma vez que a mudança na dinâmica rural caatingueira significaria uma descaracterização cultural do lugar, urbanizar e industrializar significa transformar a própria lógica do rural. Por tanto, as colocações dessa autora explica em parte a persistência do patriarcalismo no contexto Caatingueiro, porém não responde quais suas origens nem aponta soluções para tal problema.

A ausência de políticas sociais voltadas para o campo que fato incluía as questões de gênero no centro das problemáticas surtiriam mais efeito que submeter o campo às imposições



do meio urbano que corresponderia não em uma 49 tentativa de resolver as desigualdades ali existente, mas em uma mudança de cunho externo no modo de vida de um povo.

#### 4 A infância: introjeção da domesticidade na vida das mulheres

12

Apresentamos os fatos da infância das mulheres, seguindo a concepção de Ferreira dos Santos (2007, p. 226,) de que “a infância e a adolescência se manifestam de formas diferentes, em mundos distintos e antagônicos”. Para este autor, a infância se constitui a partir de situações assimétricas inseridas no imaginário social, cuja representação mais comum é de que esta é “possível de ser moldada dentro dos padrões sociais” (FERREIRA DOS SANTOS, 2007, p. 231), o que justifica a introjeção da disciplina nos corpos infantis com vistas a manutenção da ordem social vigente. Com base nessa premissa, a infância das entrevistadas é tomada como uma singularidade na qual as condições criadas em conformidade a situação do contexto social rural caatingueiro são determinantes para compreensão do papel destas mulheres dentro da Comunidade do Caetitu.

Na história das mulheres um fato impacta e é fundamental para compreensão da construção das desigualdades de gênero: a negação do acesso à educação para as mulheres. Atréadas às discussões androcêntricas, em torno da condição de sujeito das mulheres, que é reconhecida tardiamente, estas tiveram que esperar longos anos para poderem acessar o saber sistematizado em sua forma escolar.

No século XVIII ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais. Elas tiveram que esperar até o final do XIX para ver reconhecido seu direito à educação e muito mais tempo para ingressar nas universidades. (PERROT, 2007, p. 11)

No caso, das mulheres do Caetitu, o não acesso à educação é uma marca da infância. Junto ao fato de atuarem desde pequenas nos afazeres domésticos e na lida com a roça, a ausência de escolas na comunidade foi um fator determinante para que estas não estudassem. As falas sobre a infância explicitam a obrigação ao trabalho precoce e o não ou tardio acesso à educação escolar.

Elisa por exemplo, descreve que “desde pequena que a gente trabalhava... A gente vive ruim da coluna hoje, acho que é por isso. Era na roça, era lavando roupa, cê sabe? Lavando



roupa longe”. Ao ser questionada sobre ter frequentado a escola ela diz que: “estudei uns seis meses no TOPA <sup>5</sup>quando eu era nova, eu não estudei não”. O relato de Vânia não é diferente: “tudo que a gente criou e aguentou ir para roça, a gente fundava para roça. Sempre na roça, difícil trabalhar pra fora”. Sobre ter estudado, ela não menciona ter frequentado espaços escolares depois de adulta, apenas diz que estudou “muito pouquinho”.

A entrevistada Rita acrescenta que não foi apenas ela quem trabalhou desde cedo, esse trajeto era o mesmo para suas irmãs e salienta que, “desde bem novinha, mãe levava todas nós [ela e suas irmãs] para a roça”. Assim como Vânia ela informa que estudou muito pouco e justifica esse fato pela ausência de escolas nas proximidades da comunidade: “estudei um pouco, era bem longe”.

Alice também passou pelo mesmo processo, ela relata que desde pequena sua vida era “de roça pra casa” e que estudou apenas até a segunda série. Sobre esse pouco tempo na escola ela diz “estudei pouco, aprendi a ler só um pouquinho, escrever pouco também, mas foi bom e saí cedo da escola, fui eu mesma quem quis sair”. Embora ela diga que não frequentou mais a escola por opção própria, o relato das demais entrevistadas, mostra que essa não parece ser de fato uma escolha criada pela possibilidade de liberdade, pois no segundo momento, quando questionadas sobre como elas refletiam a não inserção no espaço escolar, as falas caminhavam num sentido de lamentarem por isso e demonstrarem que gostariam de ter participado mais do espaço escolar. Rita, por exemplo, fala em arrependimento, “hoje a gente arrepende, assim, que pra tudo precisa do estudo, pra arrumar emprego, mesmo que aqui não tem muito, muitas mulheres saem para trabalhar fora.”

Vânia por sua vez, lamenta pelo fato de não ter estudado e entende, mesmo que atribuindo a forças divinas e apresentando um sentimento de conformidade, a ausência do estudo em sua vida como algo que não decorreu de sua vontade. E diz:

Eu penso que se talvez eu tivesse tido estudo, talvez eu não tivesse numa dessa [na situação que se encontra atualmente], talvez em outras coisas, porque hoje quem estuda às vezes, tem um salário melhor. Mas se Deus não me deu essa

---

<sup>5</sup> Programa Todos Pela Educação, que é a denominação utilizada no Estado da Bahia para o Programa Brasil Alfabetizado instituído a partir do decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003, com vistas em alfabetizar jovens, adultos e idosos, priorizando os municípios com altos índices de analfabetismo. Informações disponíveis em: < <http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>> Acesso em: 13/10/2018



oportunidade e me deu assim, assim vou seguindo, aí até quando ele quiser, nessa batalha.

Quando Vânia coloca que pensa que se tivesse estudado, possivelmente sua condição de vida seria outra, seu pensamento está atrelado a uma das primeiras e principais reivindicações do Feminismo que foi o direito ao saber sistematizado.

O direito ao saber, não somente à educação, mas à instrução, é certamente a mais antiga, a mais constante, a mais largamente compartilhada das reivindicações [do Feminismo]. Porque ele comanda tudo: a emancipação, a promoção, o trabalho, a criação, o prazer, Essa reivindicação se acompanha de um imenso esforço de apropriação: leitura, escrita, acesso à instrução (PERROT, 2007, p. 159).

Michele Perrot (2007, p. 158) argumenta ainda que “as grandes reivindicações do Feminismo [...] tecem essa história [a história das mulheres], com uma temporalidade variável de acordo com os países”. Assim, o acesso à educação aparece como um fator essencial para compreender a condição dessas mulheres. Para Nogueira (2009) há um estreito vínculo entre educação, equidade de gênero e desenvolvimento social. Acerca disso, ela traz um dado que coaduna exatamente com a realidade das mulheres do Caetitu, o nordeste é região do país que apresenta maior número de mães com baixos índices de escolaridade, tendo média de três anos.

Nesse sentido que se verifica, como disse Perrot (2007) a variação temporal dos efeitos das conquistas feministas. Década de 60 e 70 o debate feminista já avança para outras questões, o Feminismo já atua em torno das particularidades das mulheres dadas a diversidade cultural, conforme a segunda onda do Feminismo, não mais centrando-se nas pautas em torno da igualdade civil para homens e mulheres. Neste momento histórico mulheres puderam acessar os espaços educacionais assim como homens, porém muitas regiões do Brasil, sobretudo as áreas rurais da região nordeste, não são atingidas pela universalização do acesso à educação.

Queiroz (2011) define que, historicamente, a educação foi um direito negado aos habitantes do meio rural e foi nas três últimas décadas do século XX que os movimentos sociais do campo pautaram a descentralização dos saberes, e a educação tornou-se uma das bandeiras da luta de agricultores e camponeses. Gohn (2011) destaca que os movimentos sociais pela educação têm grande relevância para o alargamento dos direitos sociais e participação na sociedade em geral.



Movimentos sociais pela educação abrangem questões tanto de escolas como de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, qualidade de vida, paz, direitos humanos, direitos culturais etc. Os movimentos sociais são fontes e agências de produção de saberes. O contexto escolar é um importante espaço para participação na educação. A participação na escola gera aprendizado político para a participação na sociedade em geral. (GOHN, p. 347, 2011).

Assim, essa movimentação em torno da educação para o campo e do campo e suas possíveis conquistas implicam de forma direta nas relações sociais de gênero, a ampliação e criação de escolas no campo são as possibilidades de mudanças quadro social do Semiárido nordestino, ilustrado por profundas desigualdades sociais.

Em vista disso, no momento em que as mulheres rurais têm o direito a educação negado, elas deixam de conhecer a história. A história que se modifica e que não é uniforme. Elas desconhecem as conquistas femininas via Feminismo, logo, muitas desigualdades vivenciadas por elas são tomadas como naturais. Por isso, observa-se nas mulheres envolvidas na pesquisa a “atitude natural” – que segundo Schutz (1979) configura-se em um interesse não teórico, mas apenas prático acerca do que se vive, como se esse fosse o processo comum a todos indivíduos em todos os espaços – em virtude da “situação biográfica determinada” e que não oferece os meios e condições de acesso ao conhecimento para além daquilo que se vive na prática.

Em umas das falas de Rita, verifica-se que enquanto em alguns espaços as mulheres já tinham alcançado o direito a educação (inclusive em partes do Brasil), nas zonas rurais esse processo é mais tardio. Estudar torna-se uma possibilidade para todos e todas nas comunidades rurais da Caatinga muito recentemente. Seu discurso agrega fatores para além da inaplicação de políticas educacionais na comunidade do Caetitu, que explicam o não estudar como decorrente de obstáculos e não como possibilidade de escolha, como Alice afirmou em seu relato. Ela traz as dificuldades de ingresso na escola como decorrentes da ausência da mesma e mostra que hoje as pessoas da comunidade têm a possibilidade de estarem estudando.

Eu acho que se tivesse a oportunidade igual tem hoje, eu sabia escrever e tinha estudado, hoje a oportunidade tá aí, tem carro pode se dizer na porta para as crianças ir para a escola e tem umas que não quer ir e eu faço os meus irem, porque eu acho bonito. Se fosse naquele tempo, mesmo que naquele tempo tivesse escola os pais da gente não deixava ir, falava que a gente ia aprender roubar, não sei o que, tinha que ir trabalhar. Nós mesmo, estudou pouquinho

coisa porque pai não deixava e a gente achava divertido, encontrava as amigas [risos] (Rita).

Com a chegada da escola na comunidade, os filhos e filhas dos moradores que não puderam frequentar a escola apresentam agora a possibilidade de escrever uma história diferente daquela de seus pais. No discurso de Rita está presente o relato de uma atitude que possibilita a mudança nos trajetos sociais de seus filhos, pois traz o fato de que seus pais não consideravam o estudar fundamental e que o dever das crianças era trabalhar. Ela por sua vez, instrui seus filhos a irem para a escola e finaliza mostrando que a vontade de estudar existia. Ainda que as demais não deram detalhes de como tenha ocorrido o não estudar em suas vidas, elas cresceram na mesma comunidade, são filhas de famílias vizinhas, e, conforme mencionado anteriormente na descrição do campo, a primeira escola da comunidade foi construída somente no ano 2000. Ou seja, a democratização tardia do acesso à educação no Brasil foi fator determinante para que essas mulheres fossem excluídas do processo de escolarização.

A não participação dos espaços escolares não significa de nenhum modo uma infância marcada pelo ócio. Muito pelo contrário, se a criança do campo não estudava, ela trabalhava muito e desde cedo. Ir para roça, como as entrevistadas mencionaram, constitui a principal atividade dessas mulheres enquanto crianças. Numa leitura em torno das convivências rurais no Semiárido, autores como Melo (2003) e Malvezzi (2007) analisam o trabalho na roça como uma atividade de cunho doméstico, contida na esfera privada da vida.

Melo (2003) analisa as organizações familiares no Semiárido nordestino a partir da concepção de agricultura familiar, que refere-se à agricultura de subsistência, com trabalho centrado na família, no qual a mulher desempenha importantes atividades. Porém, segundo seu argumento, é justamente no seio dessa estrutura familiar que as relações desiguais de gênero tornam-se evidentes, quando ocorre uma desvalorização do trabalho feminino. A organização do trabalho segundo a autora ocorre da seguinte forma:

A divisão do trabalho é marcada pela atividade produtiva da roça e o trabalho reprodutivo em casa [...]. A roça é a área de terra plantada, o lugar socialmente definido como do homem. É o local das relações de poder exercido pelo masculino. A casa é o lugar administrado pela mulher. É nesse espaço que ela encontra maior possibilidade de exercer poderes” (MELO, 2003, p. 31-32).

Nessa perspectiva, a um reforço do lugar secundário da mulher dentro estrutura da agricultura familiar, o homem destinado a trabalhar na roça, vista como local da produção, ganha o *status* de responsável pelo desenvolvimento e rendimentos da família, nesse processo as atividades desempenhadas pelas mulheres tornam-se minorizadas.

Malvezzi (2007, p.14), ao pontuar as questões de gênero no Semiárido brasileiro, faz uma importante colocação acerca da condição das mulheres desse lugar. De maneira descritiva, ele traz para o seu leitor uma representação comum das mulheres do Semiárido.

A cena das mulheres carregando latas d'água na cabeça é clássica. Sua estética já foi captada por muitos artistas. Caminhando esguias e retilíneas, posição forçada pelo equilíbrio da lata na cabeça, as mulheres realizam um desfile pelas estradas calcinadas do sertão [...]. No mundo inteiro, abastecer os lares com água é tarefa das mulheres de todas as idades, inclusive crianças. Há uma relação íntima entre a água e o feminino. [...] Mas a beleza rude da cena não pode ocultar o sofrimento imposto ao corpo. Submetidas a esse serviço desde crianças, as mulheres carregarão na pele, nos músculos e nos ossos a dureza de um trabalho repetitivo e pesado. Com os anos, os ombros alargam, as batatas das pernas enrijecem, os problemas de coluna aparecem.

O autor destaca que o trabalho pesado é cabido às mulheres desde a infância, assim como as entrevistadas trouxeram. Elisa, por exemplo, não hesita em dizer que as dores sentidas atualmente são em decorrência do excesso de peso carregado durante a infância. Se Melo (2003) traz a roça como um destino comum aos homens, as mulheres do Caetitu conhecem bem este espaço. Como bem disse Alice, a vida delas, circulou em torno dos caminhos de casa para a roça.

Pegando como gancho o pensamento posto por Malvezzi (2007) e as informações colhidas em campo, de o porquê o trabalho duro recair sobre mulheres e por que desde tão pequenas, atrelado aos escritos de Melo, que defende que dentro da organização da agricultura familiar, as relações estabelecidas são assimétricas. Para ela, “a família é o campo onde as desigualdades são construídas” (MELO, 2003, p. 145).

No diálogo com as mulheres do Caetitu, quando coletou-se a narrativa de suas experiências, seguindo a fenomenologia de Schutz, a partir de uma apreensão noética, isto é, buscando compreender o modo como as mulheres percebem e descrevem as lembranças, ao estabelecer o assunto trabalho na infância, nota-se que todas as entrevistadas reportaram para o

mesmo como forma de ajudar a família. Quando questionadas sobre qual o sentido do trabalho para elas, todas acionaram o verbo Ajudar.

Eu acho que era bom, era melhor que hoje, porque a gente ajudava, porque hoje em dia os filhos não querem mais ajudar os pais e o povo perdeu a fé, acha que na roça não dá mais nada, mas naquele tempo eu achava bom, mesmo que a gente sofria ali ajudando, era bom (Elisa).

Era pra ajudar né?! Naquela época era tudo muito difícil, era preciso filho tá ajudando pai para poder sustentar os outros irmãos [...] (Vânia).

Era pra ajudar em casa (Alice).

Era um jeito de ajudar né? Era muito bom (Rita).

As tarefas eram postas como meio de auxiliar o grupo familiar. Assim a família, no processo de socialização dessas mulheres, teve peso determinante para que elas cumprissem funções que fizeram de suas infâncias um momento de trabalho duro. Conforme Melo (2003), é na família então que se estabelecem as relações desiguais, e, quando se tratando das questões de gênero, a família, enquanto instituição socializadora, é preponderante na constituição social dos corpos sexuados. É no seio do lar que os princípios de visão e divisão, fundamentados no sexo, são inculcados e incorporados. Eis o princípio da dominação masculina.

O processo de inculcação e incorporação dos princípios de visão e divisão com base no sexo, podem ser explicados segundo a noção de *habitus*, que “como indica a palavra é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital [...] o *habitus* indica a disposição incorporada, quase postural” (BOURDIEU, 2012, p. 61). Conforme Bourdieu (2012), é justamente quando a criança é socializada que acontece a “socialização do biológico e a biologização do social”. Ocorre uma construção naturalizada do gêneros, que vai orientar a arbitrariedade das divisões sexuais e argumenta:

A divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 2012, p. 17).

Para Schutz (1979, p. 79), o mundo social no qual essas divisões e incorporações de visões ocorrem “é resultado de um processo histórico e diferente portanto em cada cultura ou sociedade”, porém o que é comum a todos e todas é o fato de ser “os mundos sociais” o *locus* onde se enraíza a condição humana. O mundo social é organizado como uma “rede de relações sociais, de sistemas de signos e símbolos com estrutura e significados particular, de formas institucionalizadas de organização social de sistemas de *status* e prestígio” (SCHUTZ, 1979, p. 80). Nele um sistema de costume é socialmente aceito e estabelecido como padrão cultural que é transmitido para as crianças. Também no processo de socialização as institucionalizações são interiorizadas.

A partir dessas colocações, observa-se que no processo de divisão do trabalho da comunidade do Caetitu, as mulheres, ainda na infância, foram arbitrariamente colocadas a desempenhar uma tarefa dura: o trabalho na roça, que nesse mundo social particular da Caatinga é caracterizado como função destinada socialmente aos homens, os produtores, em conformidade com Melo (2003). Todavia para as mulheres o sentido do trabalhar na roça, não é produzir, é ajudar. Ajudar remete à ideia de cuidado, cabido historicamente às mulheres.

Nesse sentido, coadunando o pensamento de Schutz e Bourdieu, infere-se que, nesse contexto, a dominação masculina pode ser compreendida como um sistema de costumes, a partir do qual as mulheres incorporaram disposições para o cuidado, e assim, muitas das ações vinculadas ao cuidar são tomadas como naturalmente femininas. A família enquanto instituição social, do ponto de vista schutziano e também bourdieuziano é a transmissora dos aspectos culturais que asseguram o padrão cultural, que é baseado nas diferenças entre os sexos.

## Considerações finais

A construção desse trabalho foi em torno de como as relações de gênero se configurariam no espaço social da caatinga. Pensamos em colocar este lugar e os sujeitos presentes ali em evidência, uma vez estes encontram-se distantes das discussões acadêmicas sobretudo dentro das Ciências Sociais. As escolhas metodológicas e dos aportes teóricos foram realizadas com objetivo de criar um diálogo com as participantes e tornar o relato de experiência livre. Apresentando o aspecto prático das vivências das mulheres pesquisadas.

Mediante nossa proposta, tínhamos em mente que outros temas de interesse sociológico poderia surgir durante o curso da pesquisa e foi assim que a educação despontou com elemento central para compreender a condição das mulheres catingueiras.

Essa leitura se assenta na leitura sociológica de que as transformações históricas e sociais ocorrem a partir de processos distintos, assim a estruturação social diferenciada estabelece padrões culturais diversos. Esses padrões propiciam construções de identidades singulares, que variam sobretudo conforme o lugar social. Ora, as mulheres da Caatinga estão localizadas em um lugar diferente dos homens no processamento das hierarquias fundadas no sexo e estão posicionadas, geograficamente falando, em lugar diferente de outras mulheres. Então mesmo após a conquista do direito à educação, a mulher habitante do zona rural encontrava-se impedida de estudar. Não havia escolas no campo.

A definição dos papéis também é realizada com base em princípios patriarcais. Horizontalizar as relações entre os gêneros, dividir as tarefas domésticas, poupar as meninas do trabalho braçal pesado, não era uma possibilidade. E diante toda a situação social citada, transvestia-se bem de necessidade. No entanto as divisões sexuais as quais elas estão submetidas não são maiores ou menores do que aquelas experimentadas em outros espaços, são diferentes em virtude da localização sociocultural dessas mulheres.

Ao observar as funções desempenhadas pelas mulheres da comunidade do Caetitu, verificamos atitudes carregadas pelas características da domesticidade. Essa forte ambientação com o doméstico, tão recorrente na vida das mulheres, é fortalecida quando elas são impedidas de acessar outros lugares. No caso das participantes desse trabalho, não poder adentrar um espaço formal de educação foi substancial para que as práticas das atividades domésticas fossem incorporadas e naturalizadas.

A educação é escolar, com todos os problemas que conhecemos no Brasil, é o caminho para mobilidade social. Meninas que não frequentam a escola são excluídas da possibilidade de mover-se dentro da estrutura social e é assim que a casa se torna um espaço comum para todas elas. Mesmo as tarefas exercida longe do quintal não significam para elas autonomia, porque estão relacionadas ao abastecimento do lar.

Para todas elas, o trabalho na roça e outras atividades, sozinhas ou com o esposo tem o sentido de ajudar. Essa visualização da própria atuação reduzida a auxílio relaciona-se com as disposições adquiridas no processo de socialização, marcado por divisões e definições de funções cunhadas nos sexos, que visam perpetuar o perfil doméstico das funções femininas. O sistema de costumes desigual da dominação masculina combinado com a não participação das agentes pesquisadas em espaços de educação formal são fatores que contribuem para que elas não percebam com clareza a desvalorização de suas ações.

Chamamos a atenção para a importância das políticas sociais, pois fica evidente que as mudanças de condição sinalizadas pelas agentes são decorrentes da aplicação de políticas públicas para o campo, junto aos programas sociais que visam corrigir desigualdades sociais criadas politicamente e não em decorrência do clima (no caso da caatinga) como muitos acreditam.

As desigualdades de gênero no Semiárido como defende Nogueira (2009) são reflexos das desigualdades sociais como um todo, por isso a exploração do campo exhibe as cisternas do Água Para Todos e a fala das agentes faz menção ao TOPA, por exemplo. Isso nos conduz a uma interpretação de que as políticas e programas sociais abalam o patriarcalismo mais fortemente que a urbanização do rural como pensava Saffioti (1976). A visão de que urbanização subsome o patriarcalismo além de carregada de etnocentrismo conflita com as verificações do campo, que são pequenas mudanças na estrutura familiar patriarcal, que não decorrem da urbanização do lugar rural.

Por fim, ressaltamos que pensar as relações de gênero no Semiárido é necessário em todo debate que se paute a melhora na qualidade de vida de seus habitantes. Além disso, a adesão de metodologias que assegurem a fala das moradoras e moradores deste espaço é substancial para romper com preconceitos e generalizações em torno das vivências nesse lugar. A atuação do Estado, via políticas pode transformar de forma positiva a vida de mulheres e outros grupos sociais, mas é necessário que políticas públicas e programas sociais sejam elaborados de forma coletiva, sempre em diálogo com as populações envolvidas.

## Referências

AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas**: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro, Record: Rosa do Tempos, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina** - 11º ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CASTELLS, Manoel. **O poder da identidade**. Vol. 2, 3ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 1942.

FERREIRA DOS SANTOS, João Diógenes. As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória histórica do Brasil. Campinas: **Revista HISTEDBR**, nº 28, p.224-238, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Vol. 16, nº 47, 2011.

IBGE, Semiárido Brasileiro. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 02/08/2018.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido**: uma visão holística. 1 ed. Brasília: Cofea, 2007.

MELO, Lígia Albuquerque de. **Relações de gênero na agricultura familiar**: o caso PRONAF em Afogados da Igazeira - PE. Recife - O autor, 2003.

MELO, Lígia Albuquerque de. Lígia Albuquerque. **Relações de Gênero na convivência com semiárido brasileiro**: a água para o consumo doméstico. Pernambuco, 2005. Disponível em: <[http://www.fundaj.gov.br/images/stories/nesa/genero\\_convivencia.pdf](http://www.fundaj.gov.br/images/stories/nesa/genero_convivencia.pdf)> Acesso: 04/10/2017

NOGUEIRA, Daniela. **Gênero e água - Desenhos do Norte, alternativas do Sul**: uma análise da experiência do Semiárido Brasileiro na construção do desenvolvimento democrático. 1 ed. Brasília: Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia - UNB, 2009.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo. Presidente Prudente: **Revista NERA**, ano 14, nº. 18 pp. 37-46 Jan-jun./2011.



SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais.** WAGNER, Helmut R. (Org). Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

---

Recebido: 12 de setembro de 2022

Aprovado: 10 dezembro de 2022



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

